

Instituto dos Museus e da Conservação

Programa para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial em Portugal

Criado em resultado da fusão do Instituto Português dos Museus (1991-2007) e do Instituto Português de Conservação e Restauro (1999-2007), o Instituto dos Museus e da Conservação (IMC) constitui o organismo de referência a nível nacional no âmbito da actuação no domínio do Património Cultural Imaterial (PCI).



IMC: MISSÃO E COMPETÊNCIAS NO ÂMBITO DO PCI

É ao IMC que se encontra cometida a missão de desenvolver e executar a política cultural nacional no domínio do Património Cultural Imaterial, designadamente através da definição e difusão dos normativos, metodologias e procedimentos relativos às diversas componentes da sua salvaguarda. No âmbito do Ministério da Cultura, é também ao IMC que compete a coordenação, a nível nacional, das diversas iniciativas a desenvolver no âmbito da salvaguarda do PCI. Nos termos do disposto nos diplomas instituidores da orgânica do

IMC, ao seu Departamento de Património Imaterial (DPI-IMC) compete, designadamente, promover o estudo, a salvaguarda e a divulgação do Património Cultural Imaterial, promover o registo gráfico, sonoro, audiovisual ou outro das realidades sem suporte material para efeitos do seu conhecimento, preservação e valorização, bem como promover o registo dos bens culturais móveis ou imóveis associados ao património imaterial, sempre que aplicável. Compete igualmente ao DPI-IMC apoiar os museus da Rede Portuguesa de Museus na realização de estudos sobre o património imaterial asso-

ciado às respectivas colecções, bem como promover campanhas de sensibilização aos níveis nacional e local sobre a importância da salvaguarda do PCI e desenvolver programas educativos, designadamente a partir dos museus.

Ao DPI-IMC compete cooperar com centros de investigação, estabelecimentos de ensino superior, autarquias e particulares com vista ao registo e divulgação dos bens imateriais, bem como estimular estudos e o desenvolvimento de metodologias de investigação para a salvaguarda eficaz do património cultural imaterial. No quadro de articulação interinstitucional definido no âmbito do Ministério da Cultura, é ainda ao DPI-IMC que compete assegurar a articulação e o apoio técnico às Direcções Regionais de Cultura e a outras entidades públicas ou privadas em matéria de defesa e valorização dos bens imateriais representativos das comunidades.

ENQUADRAMENTO LEGISLATIVO

O regime jurídico de salvaguarda do património cultural imaterial encontra-se estabelecido em Portugal desde 2009, como expressão simultânea do desenvolvimento da *Lei de Bases do Património Cultural* (Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro), designadamente do disposto no seu arti-



go 91.º, e da ratificação por parte do Estado Português da *Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial* (UNESCO).

No quadro daquele regime jurídico, definido pelo Decreto-Lei n.º 139/2009, de 15 de Junho de 2009, e regulamentado pela Portaria n.º 196/2010, de 9 de Abril, assume particular relevância a instituição do *Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial*, que visa dar cumprimento à obrigação primacial para o Estado Português decorrente da ratificação, em 2008, da *Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial* (UNESCO, 2003).

INVENTÁRIO NACIONAL DO PCI

A implementação do *Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial*, que visa dar cumprimento ao disposto na *Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial* (UNESCO) em matéria de constituição de inventários nacionais, constitui a linha de actuação nodal do programa de acção estabelecido pelo IMC para a salvaguarda do PCI em Portugal.

O Inventário Nacional, cuja implementação decorre, naturalmente, da sua íntima articulação com o regime jurídico estabelecido para o sector, em 2009, consistirá numa plataforma informática de acesso livre e em linha, que permitirá o carregamento dos vários tipos de documentação so-

bre os quais, tal como definido pela Lei 107/2001 e pelo Decreto-Lei n.º 139/2009, se deve traduzir a salvaguarda de uma manifestação do Património Imaterial, designadamente registos fotográficos, fílmicos, sonoros, transcrições orais, ou outros.

Para além da ficha do elemento imaterial inventariado e dos respectivos dados de registo, o software permitirá igualmente o inventário e o acesso em linha a outros bens patrimoniais a ele associados, tais como bens móveis, imóveis, espaços culturais e naturais. O *Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial* será disponibilizado publicamente em inícios de 2011 a partir de um Portal Web específico para o sector, que consistirá um recurso de referência para toda a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, e será acompanhado da publicação de diversos volumes de orientações técnicas e boas-práticas para a documentação e o estudo do PCI.

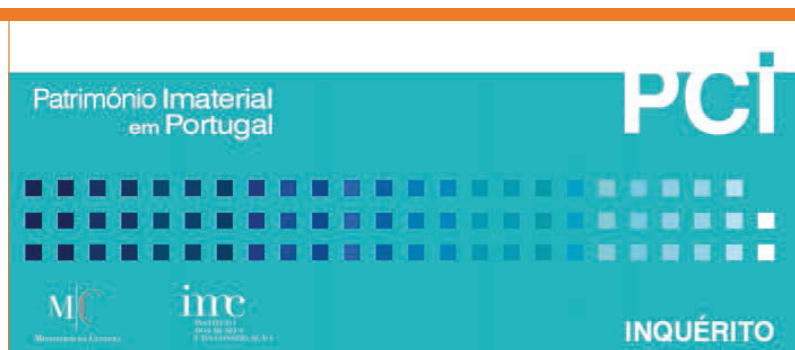
SOFTWARE PARA A GESTÃO INTEGRADA DE PATRIMÓNIO

Como expressão de uma das suas principais linhas de acção para o sector, os Museus tutelados pelo IMC terão acesso, ainda em 2010, a uma versão actualizada do Programa Matriz (© IMC e Softlimits, S. A., 1994-2010), o software de referência do Ministério da Cultura para o inventário e gestão de Património.

Tratando-se de um sistema de informação integrado, que inclui componentes de inventário, gestão e publicação online automatizada, a nova versão do software (Matriz 3.0), promoverá a aproximação integrada ao Património Material (móvel e imóvel, natural e cultural) e ao Património Imaterial, de acordo com as orientações técnicas da UNESCO e do ICOM por parte das entidades já suas utilizadoras, com particular destaque para os Museus.

DIVULGAÇÃO

Desde a sua criação, o IMC tem procurado fomentar a divulgação e valorização do PCI em Portugal, designadamente nos termos do disposto na *Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial*. A principal das acções deste âmbito realizadas pelo IMC consistiu no Ciclo de Colóquios "Museus e Património Imaterial: agentes, fronteiras, identidades", constituído por seis colóquios e realizado entre Fevereiro e Novembro de 2008. O Ciclo teve como objectivo fundamental a promoção da reflexão, debate e discussão públicos sobre esta área de actuação patrimonial, designadamente sobre os desafios e oportunidades que a mesma configura, bem como sobre as modalidades de operacionalização e implementação a nível nacional da Convenção



UNESCO, 2003, ratificada pelo Estado Português nesse mesmo ano.

Para além de constituir o repositório de publicações e instrumentos elaborados pelo próprio DPI-IMC, o Portal do IMC (www.imc-ip.pt) constitui um recurso de referência na divulgação de informação actualizada relativa a actividades desenvolvidas no âmbito do PCI, designadamente no que respeita a encontros, colóquios, conferências, publicações e acções de formação.

PUBLICAÇÕES

Desde 2008 o IMC publicou já várias obras dedicadas ao PCI, de que deverá ser destacado *Museus e Património Imaterial: agentes, fronteiras, identidades* (© IMC, 2009; 400 p.; ilustrado), que constitui o volume de actas do Ciclo de Colóquios realizado pelo IMC entre Fevereiro e Novembro de 2008. Reunindo 35 textos apresentados naquele Ciclo de Colóquios, a obra organiza-se em torno de seis grandes temas, para cuja problematização foi convocada a colaboração de entidades diversificadas, com particular expressão para os Museus, Universidades e Centros de Investigação, bem como profissionais de quadrantes muito variados no âmbito da Museologia, do Património e das Ciências Sociais, aqui com especial destaque conferido ao modo de olhar antropológico. A publicação, bem como o projecto que lhe está na

origem, é expressão da estratégia de valorização do papel que os Museus assumem no processo de salvaguarda do PCI, designadamente enquanto agentes por excelência na abordagem e documentação integrada do património material e imaterial.

Identificação de boas práticas, reflexão e debate sobre as questões de maior complexidade inerentes ao processo de salvaguarda do PCI em Portugal: eis os objectivos essenciais subjacentes à concretização deste importante projecto, materializado neste volume de actas editado conjuntamente pelo IMC e pela Softlimits, S. A..

Entre 2009 e 2010, o IMC editou igualmente duas importantes obras de compilação de fontes para o estudo e documentação do PCI em Portugal, uma de âmbito regional (o *Roteiro Bibliográfico de Etnografia da Região do Oeste*; 308 p.; ilustrado), e outra de âmbito nacional (a *Bibliografia Analítica de Etnografia Portuguesa*; 696 p.). Esta última corresponde à reedição de uma obra de capital importância para esta área, publicada originalmente em 1965 e da autoria de Benjamim Pereira, que tem servido de instrumento de referência para sucessivas gerações de profissionais dedicados à documentação e valorização do Património Cultural Imaterial. Ambos os títulos encontram-se já disponíveis para download gratuito no website do IMC (www.imc-ip.pt).

Um terceiro volume a publicar nesta colecção encontra-se actualmente em fase de preparação, para publicação em 2011.

Finalmente, em 2008 o IMC lançou a Colecção de DVDs "Arquivos do Imaterial", que tem como objectivo essencial o reconhecimento da importância do registo audiovisual como meio de salvaguarda do PCI, designadamente enquanto componente estratégica de processos do seu estudo e inventário em profundidade. Feito do retrato de determinado modo de vida em determinado tempo e lugar, a Colecção "Arquivos do Imaterial" constitui-se também como colectânea de olhares sobre a diversidade das realidades sociais, sempre complexas, que no seu conjunto configuram a cultura tradicional popular em Portugal.

O primeiro título desta Colecção, da autoria das realizadoras Catarina Alves Costa e Catarina Mourão, é dedicado às Festas de Inverno em Trás-os-Montes, encontrando-se actualmente em fase de edição o segundo volume, realizado no âmbito de projecto orientado pelo Museu de Aveiro.

INQUÉRITO "PATRIMÓNIO IMATERIAL EM PORTUGAL" (2010)

Entre Março e Maio de 2010, o Instituto dos Museus e da Conservação realizou o Inquérito *Património Imaterial em Portugal*, de que foi alvo um total de 494 entidades, assim repartido entre as seguintes tipologias: Museus (139), Municípios (308), Direcções Regionais de Cultura (7) e Unidades de Investigação consideradas de potencial relevância para a actuação no sector (40).

O Inquérito teve como objectivo global a identificação de acções recentemente realizadas no âmbito do PCI por parte daquelas entidades, bem como a identificação de fundos documentais (em suporte texto, fotografia, filme, som, ou outros) con-

siderados de particular importância para a documentação de manifestações do PCI em Portugal, independentemente do tempo ou modo da constituição destes.

Construído por relação íntima com o regime jurídico de salvaguarda do Património Cultural Imaterial, o Inquérito encontra-se estruturado nas seguintes componentes de diagnóstico: a) caracterização geral da entidade na sua relação com a actuação no âmbito do PCI; b) planos de actuação da entidade por relação com os vários domínios do PCI definidos pela UNESCO;

c) caracterização dos fundos documentais da entidade, simultaneamente no que respeita a tipos de suporte, inventário/catalogação, e gestão em base de dados; d) caracterização do âmbito social, territorial e temporal dos mesmos fundos documentais; e) caracterização dos modos de gestão, conservação e acesso/divulgação da informação relativa a PCI; f) caracterização dos recursos humanos e materiais e interinstitucionais utilizados para a actuação no âmbito do PCI.

Matriz primacial de informação sobre o PCI a nível nacional, designadamente pelo seu carácter inédito e extensivo, o Inquérito pretende constituir-se como instrumento fundamental para o conhecimento aprofundado deste sector, a partir de cujos indicadores será possível a identificação precisa de prioridades de actuação, em particular no que respeita ao desenho e implementação de planos de salvaguarda, de âmbito sectorial e/ou regional, bem como à identificação dos bens imateriais sobre os quais deverão incidir projectos de documentação com carácter prioritário, em particular na perspectiva da sua inclusão no *Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial*.

Após a conclusão do seu tratamento, actualmente em curso, os resulta-

dos do Inquérito serão disponibilizados publicamente pelo Instituto dos Museus e da Conservação, tendo igualmente em vista a promoção da cooperação interinstitucional nesta área de actuação.

FORMAÇÃO

O IMC é responsável, através do seu Departamento de Património Imaterial, pela organização de Acções de Formação dedicadas ao estudo, documentação e inventário do PCI. A realização regular de tais acções é efectuada em articulação próxima com os instrumentos metodológicos e normativos desenvolvidos o sector do PCI pelo IMC, que constitui entidade formadora acreditada pela DGERT (Direcção Geral do Emprego e das Relações de Trabalho). Para além das Acções de Formação integrantes do Programa de Formação da Rede Portuguesa de Museus, o DPI-IMC organiza também acções dirigidas a outros públicos, designadamente em contexto de ensino superior. Entre 2008 e 2010, o IMC realizou já nove acções de formação dedicadas ao estudo e inventário do PCI. Destas, quatro acções de formação tiveram como destinatários profissionais da região iberoamericana, tendo sido realizadas por solicitação do Ministério da Cultura de Espanha.

ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL

Para além da articulação com as Direcções Regionais de Cultura, às quais assegura o apoio técnico para a intervenção no âmbito do PCI, o IMC tem desenvolvido também relações com várias outras entidades de referência para o sector a nível nacional, designadamente a Comissão Nacional da UNESCO, Universidades, Centros de Investigação e Museus.

Das articulações desenvolvidas a nível internacional, destaca-se, em primeiro lugar, a articulação já desenvolvida com a Sede da UNESCO, em

Paris, que continuamente tem estimulado as iniciativas do IMC, designadamente no sentido da concepção e implementação do *Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial*. Destaque deve ser igualmente conferido às articulações que o IMC tem vindo a estabelecer no âmbito da região iberoamericana, em particular com o Ministério da Cultura de Espanha, quer no âmbito da Subdirecção General de Museos Estatales, quer do Instituto del Patrimonio Cultural de España.

BIBLIOGRAFIA

COSTA, Paulo Ferreira da (Coord.), 2009, *Museus e Património Imaterial: agentes, fronteiras, identidades*, Lisboa, Instituto dos Museus e da Conservação; Softlimits, S. A.

COSTA, Paulo Ferreira da, 2009, "Património imaterial, identidade e desenvolvimento rural", in *Os territórios de baixa densidade em tempos de mudança (Conferência realizada no Centro de Ciência Viva da Floresta, Proença-a-Nova, entre 20 e 21 de Março de 2009)*, Câmara Municipal de Proença-a-Nova, pp. 169-178 [disponível em www.imc-ip.pt].

COSTA, Paulo Ferreira da, 2008, "Discretos Tesouros: limites à protecção e outros contextos para o inventário do Património Imaterial", *Museologia.pt*, n.º 2, Lisboa, Instituto dos Museus e da Conservação, pp. 16-35 [disponível em www.imc-ip.pt].

PAULO FERREIRA DA COSTA,
Director do Departamento de Património
Imaterial do Instituto dos Museus e da
Conservação, I.P.
Palácio Nacional da Ajuda,
Ala Sul, 4.º,
1349-021 Lisboa
dpi@imc-ip.pt | www.imc-ip.pt